

OPINIÃO

O escândalo na câmara de vereadores



Antes até do que imaginava, volto a me dirigir ao londrinense. E mais uma vez por motivos que não são do nosso agrado. Há apenas um mês, o SINDSERV mostrou para a cidade como andava mal das pernas a nossa Sercomtel e os reais motivos da atual administração em tentar se desfazer da nossa empresa de telefonia.

Pois agora, as atenções se voltaram para o prédio ao lado da prefeitura: da câmara de vereadores. E lá que está instalado um dos maiores escândalos políticos dos últimos oito anos na cidade. Vereadores estão sendo acusados de extorquir empresários em troca da aprovação de projetos de lei.

Para quem ainda não entendeu a dimensão do problema, basta dizer que é pela câmara que passa todo e qualquer tipo de proposta de melhoria e alteração para nossa cidade. A prefeitura quer fazer empréstimo para asfaltar uma rua? Os vereadores precisam autorizar o projeto. A prefeitura quer fazer parceria para construir casas? Precisa passar pelos vereadores que avaliam que a proposta se deve ou não ser autorizada.

Outro ponto: são os vereadores que devem fiscalizar os atos do prefeito, se o trabalho que ele vem fazendo está de acordo com o desejado por você, eleitor. Agora vejam a curiosidade: o mesmo prefeito que tem o trabalho rejeitado por 80% dos londrinenses é o mesmo que vê sua base aliada ser acusada de extorsão e formação de quadrilha. Será só coincidência?

Nós do SINDSERV queremos que você reflita sobre mais este episódio triste que ocorre na nossa cidade. Mas ao mesmo tempo, queremos que você reaja e faça valer seus direitos de cidadão. Nossa proposta para uma solução rápida e rigorosa para o escândalo na câmara está expressa no texto ao lado. Contamos com o seu apoio para ajudar a passar Londrina a limpo.

Um forte abraço a todos,
Marcelo de Lima Urbaneja – pres. do SINDSERV

Formação de quadrilha na câmara
Está na hora de separar o joio do trigo

Nada poderia ser mais desanimador para o eleitor londrinense – já desmotivado pelos escândalos políticos nacionais – que mais denúncias de irregularidades em ano eleitoral. Num intervalo de apenas seis dias vimos um vereador ser preso em flagrante acusado de extorsão e mais outros quatro acusados também de formação de quadrilha. As denúncias já foram oferecidas para serem julgadas pela justiça, mas os promotores já avisaram: outras virão.

E nesse momento que as dúvidas surgem: será que vai ter punição de verdade para os envolvidos? Será que tem mais vereador metido nessa sujeira toda?

O SINDSERV – que jamais se omitiu diante dos desmandos na administração municipal, sejam eles cometidos por prefeito ou por vereadores – ao mesmo tempo em que parabeniza o trabalho feito até agora por promotores de justiça e policiais do GAECO, quer dar um passo a frente a essa polêmica e caminhar junto com o londrinense para uma solução rápida para o escândalo.

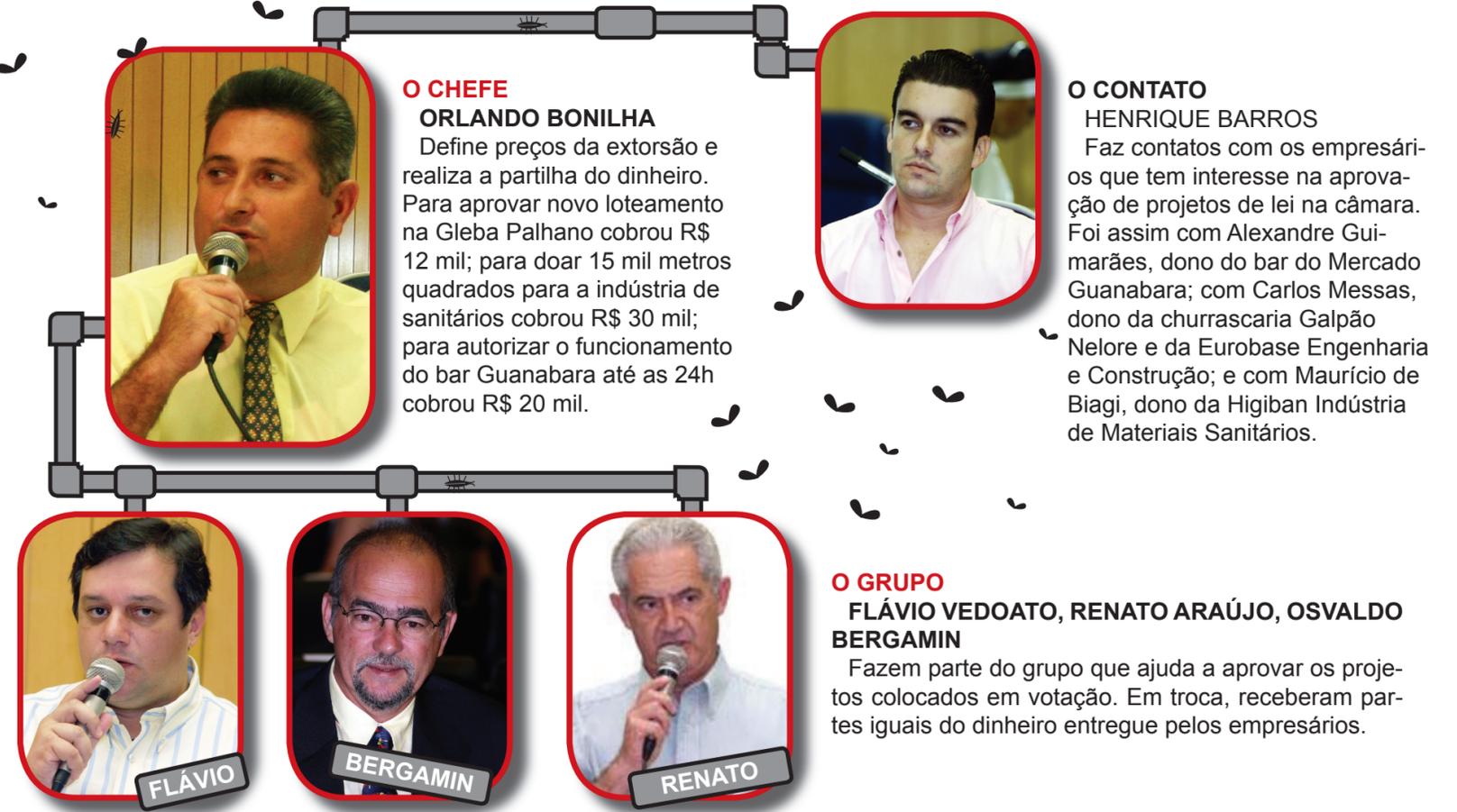
Para que não parem dúvidas sobre os 18 vereadores, que todos colaborem já com as autoridades judiciais/policiais para que tornem as investigações mais transparentes, o que é um desejo de toda a população eleitora.

Que os vereadores coloquem à disposição das autoridades competentes os mais diversos dispositivos facilitadores para um trabalho dignificante para a cidade. Vereadores: permitam o acesso irrestrito às contas bancárias suas e de familiares; forneçam documentos diversos; compareçam aos depoimentos marcados pelo Ministério Público. Só assim, com transparência nas investigações, é que o eleitor londrinense poderá saber quem é que deve honrar o cargo político que exerce em nome da terceira cidade do Sul do Brasil.

“Quem não deve, não teme”. Talvez nunca antes um dito popular fizesse tanto sentido em Londrina como agora.

Quem é quem no esquema

No último dia 16, o Ministério Público deu detalhes do inquérito aberto para investigar as denúncias de extorsão na câmara de vereadores. Foi esta investigação que resultou na acusação formal dos vereadores Orlando Bonilha, Henrique Barros, Flávio Vedoato, Renato Araújo e Osvaldo Bergamin por crimes de concussão (extorsão cometida por agente público) e formação de quadrilha. Segundo a denúncia, o grupo agiu ao menos três vezes contra três empresários.



Queimando o filme

10 de janeiro (quinta-feira)



Henrique Barros (PMDB) é preso em flagrante pelo GAECO com R\$ 9.900 em notas de R\$ 100, R\$ 50 e R\$ 20. Ministério

Público fala em crime de concussão (extorsão cometida por agente público), mas não dá detalhes do caso. Na foto: saco de dinheiro na mão na saída de restaurante.

11 de janeiro (sexta-feira)

Henrique Barros passa a primeira das quatro noites numa cela do CDR (Centro de Detenção e Ressocialização).

Comissão de Ética da câmara se reúne para analisar a prisão do vereador e avaliar quebra de decoro parlamentar, o que pode render cassação de mandato. Mas o presidente Roberto Kanashiro (PSDB) diz que vai esperar o “desenrolar dos fatos”.

Ministério Público confirma que investigação contra vereadores está relacionada a extorsão

contra empresários. Para apresentar projetos para serem votados e aprovados, vereadores cobriam propina.

12 de janeiro (sábado)

PMDB municipal se reúne e afasta Henrique Barros da liderança do partido na câmara.

Promotores de justiça encarregados das investigações confirmam que mais vereadores estão sendo investigados. Todos fazem parte da base aliada do prefeito Nedson na câmara.

14 de janeiro (segunda-feira)



Depois de quatro noites na cadeia, Henrique Barros é solto. O vereador se compromete a ajudar nas investigações, mas já fora da cadeia, volta a ficar calado.